

O governo não está preocupado com a inflação, que pretende reduzir (sem explicar como...), mas surpreso com o vulto que ela apresenta em janeiro. Ora, é esta surpresa que por sua vez nos surpreende, ao verificarmos que as autoridades não tomaram consciência da responsabilidade que têm na formação das atuais taxas. Seria injusto responsabilizar a equipe anterior que, embora não eliminando a inflação, havia conseguido, pelo menos, estabilizá-la. Mas cumpre afirmar que a alta atual somente reflete a incerteza que o governo Itamar Franco conseguiu criar nos círculos empresariais.

Reconhecemos que sempre se registra, em janeiro, um fator sazonal de reajuste de preços, a traduzir certa imposição do calendário gregoriano a cada início de exercício. Por esse motivo deveriam as autoridades monetárias adotar uma série de medidas suscetíveis de neutralizar o mencionado fator. Mas, ao que parece, elas, ao contrário, lançam óleo à fogueira. O ano começou com o anúncio, em dezembro, de um aumento de 63% da base monetária, fato atribuído pelo governo à demanda de liquidez!... Diante de tal estouro, era fácil prever que os preços tenderiam a subir. A concentração de alguns fatores explica tal liquidez: a liberação do que se devia aos aposentados; o anúncio, com grande destaque, da elevação do salário mínimo para US\$ 100 (?) e uma nova política salarial que prevê reajustes mais generosos até seis salários mínimos. Tudo certamente necessário. Entretanto, a aglutinação das decisões levou a panela monetária a explodir e, em grande parte, anulou todos os efeitos que se esperavam de uma melhoria da renda dos trabalhadores.

Mas tais consequências não teriam sido tão graves, se a esses fatores, que favoreceram a retomada da alta dos preços, o governo tivesse oposto medidas

adequadas, e não assumido atitudes que somente fortaleceram o impacto inflacionário. Não se podem esquecer os efeitos de duas iniciativas em andamento. A primeira impõe nova tributação às pessoas jurídicas que logo trataram de se proteger contra seus efeitos, sendo a segunda a provável aceitação do novo imposto (IPMF) que está atuando no mesmo sentido.

Tais atitudes governamentais não podiam ser mais catastróficas. Em novembro, o Planalto deu a entrever que iria congelar as tarifas, recuando em dezembro. Já a aversão ao mercado que caracteriza o presidente Itamar Franco foi ainda pior: a cada dia, ouvem-se declarações oficiais de que não se pretende voltar ao congelamento, mas estudam-se seguidamente novas medidas para impedir o funcionamento do mercado. Ora, se o ex-ministro Márcilio Marques Moreira conseguiu, pelo menos, estabilizar a taxa de inflação, isso se deveu ao fato de ter convencido a sociedade de que não haveria mudanças. Finalmente, fala-se muito na queda da taxa de juros: os reais caíram, mas o governo parece esquecer que com a inflação as taxas daqueles nominais sobem, integrando os preços sobre os quais incidem impostos como o ICMS. Cabe agora ao Planalto reconhecer os erros para não mais ficar surpreso, mas preocupado.

